



**PREFEITURA
PARÁ DE MINAS**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR WANDERLEY ÁVILA DO
EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Autos nº 1.102.382

ELIAS DINIZ, Prefeito de Pará de Minas, **JOSÉ CORNÉLIO DE OLIVEIRA**, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura e **FLÁVIO VARELA CANÇADO**, servidor, ambos qualificados nestes autos, por intermédio de seu advogado, tendo em vista a tramitação dos autos em epígrafe perante esse Tribunal, requer a juntada da **DEFESA/ESCLARECIMENTOS** anexo, para melhor elucidação do caso, pugnando, ao final, o seu total acatamento e a total improcedência da denúncia com o consequente arquivamento dos autos.

Nestes termos, pede deferimento.

Pará de Minas, 02 de março de 2022.

HERNANDO FERNANDES DA SILVA
Procurador Geral do Município – OAB/MG 117.233



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Rua: José Assunção, 105 São Pedro - Pará de Minas/MG – CEP: 35660-227

(37) 3231 – 7766

EXMO SR RELATOR DA 2ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO: 1.102.382

PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

ELIAS DINIZ, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, inscrito no CPF nº 547.483.306-78, **JOSÉ CORNÉLIO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, secretário de obras do município, registrado no CPF 442.990.366-20, **FLÁVIO VARELA CANÇADO**, brasileiro, casado, assessor, registrado no CPF 277.932.816.91, **ANDERSON JOSÉ GUIMARÃES VIANA**, brasileiro, divorciado, servidor público municipal, CPF nº 620.936.736-49. devidamente representados por seus procuradores, vem respeitosamente à presença de V. Exa para apresentar DEFESA ESCRITA da DENÚNCIA apresentada por KTM Administração e Engenharia S/A, nos termos dos fatos e fundamentos a seguir expostos.

1) Parcelamento do objeto

Concernente a observação do D. Analista de controle Externo no tocante ao objeto, esclarecemos nesta oportunidade que, embora haja precedentes que subsidiem a tese planejada, elucidamos que para estruturação do objeto do certame em epígrafe desenvolveu-se um estudo a respeito do parcelamento e o conteúdo dos lotes levando em conta suas peculiaridades associadas às condições da Administração.

A referida especificidade e particularidade consolidadora desta premissa é a significativa conquista do aterro sanitário licenciado próprio do Município de Pará de Minas.



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Rua: José Assunção, 105 São Pedro - Pará de Minas/MG – CEP: 35660-227

(37) 3231 – 7766

Trata-se de uma particularidade, pois poucos Municípios brasileiros possuem um aterro próprio.

É relevante assinalar que se trata de uma conquista do Município, em prol da preservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, pelo qual dedicamos anos de investimento e muito trabalho.

Como é do conhecimento de V. Exas., o funcionamento e a operacionalização de um aterro sanitário são complexos, principalmente para municípios menores com limitação de recursos orçamentários e humanos.

Por isso, optou-se pela execução indireta, na forma como é permitida e recomendada pelo nosso ordenamento jurídico, desde a edição do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que em seu art. 10, § 7º, estabelece:

“§ 7º Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com objetivo de impedir o crescimento desmensurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução.” (grifos nossos)

A esse respeito, o conceituado professor de Direito Administrativo Jorge Ulisses Jacoby Fernandes¹, consagrado autor de diversas obras de Direito Público, ex-Procurador e ex-Procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal e ex-Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, acentua:

“a terceirização constitui, ao lado de outros instrumentos bastantes em voga, uma possibilidade, no âmbito da Lei, para a redução da participação do Estado em tarefas impróprias. Os limites deste instrumento permitem vislumbrar a fronteira do serviço público, em

¹ FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. A terceirização no serviço público, p. 11.



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Rua: José Assunção, 105 São Pedro - Pará de Minas/MG – CEP: 35660-227

(37) 3231 – 7766

precisa consonância com a atual política que vem sendo implementada pelo atual governo e cujas raízes no direito pátrio, em breve complementarão 30 anos de existência e, lamentavelmente, de incompreensão e inobservância.” (grifos nossos)

Cumpre ressaltar que a composição de cada lote considerou a classificação do aterro bem como a dinâmica da atividade e as condições do município de acompanhar e fiscalizar a execução do contrato dada sua relevância e os altos riscos de impacto.

Esclarece-se por oportuno, que o aterro desta municipalidade é classificado como **Aterro classe 3** conforme demonstra a Licença de Operação Corretiva nº001/2019 anexa. Os Aterros de classificação 3, nos termos da NBR10004 e da ABNT NBR13896/97, são aqueles aptos a destinação de resíduos urbanos provenientes de geração doméstica, podendo também receber alguns resíduos industriais não perigosos. Sua operação exige que o solo seja impermeabilizado onde são implantados sistema de drenagem e coleta do chorume que escoará para lagoa anaeróbia e facultativa onde após tratamento correrão para o curso d'água. A mesma estrutura monitora o lençol freático, as emissões atmosféricas e o controle geotécnico.

Aterros como o de Pará de Minas, estão aptos a receber resíduos classificados pela ABNT NBR13896/97, como **II-A e II-B**, ou seja, resíduos não perigosos.

Os resíduos classe IIA, também chamados como não inertes, são aqueles que possuem propriedades de biodegradabilidade, combustibilidade ou solubilidade em água. Conhecidos como resíduos orgânicos, possuem capacidade de transformação. Alguns dos exemplos mais comuns são restos orgânicos da indústria alimentícia (restos de alimentos); restos de madeira; materiais têxteis; fibras de vidro.

Já os resíduos classe II B são inertes, não são solúveis, nem inflamáveis, não sofrem qualquer tipo de reação física ou química, portanto não afetam negativamente outras substâncias que entrem em contato com esse tipo de resíduo, no caso de Pará de Minas, tratam-se dos rejeitos oriundos da coleta seletiva.

Tais distinções são fundamentais para não comprometerem a segurança do aterro, que pode ser contaminado por um mínimo ato falho do seu operador.



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Rua: José Assunção, 105 São Pedro - Pará de Minas/MG – CEP: 35660-227

(37) 3231 – 7766

Por esta razão a devida triagem e tratamento dos resíduos coletados inicia na própria coleta, através dos coletores que devidamente treinados, realizam apenas a coleta dos resíduos que podem ser destinados ao aterro, sendo eles mesmos os agentes responsáveis por encaminharem os resíduos coletados a sua destinação final.

Notem, Ilmos. Conselheiros que se trata de um processo interligado onde cada etapa foi se desenvolvendo ao longo dos anos e de muitos esforços para chegarmos a uma metodologia que melhor atendesse as demandas da operação do aterro municipal.

Nossa experiência mostrou que essa integração das atividades gerou grande ganho de produtividade, dinamismo e economicidade ao erário, além da diminuição dos riscos de contaminação e da estrutura do aterro.

Em sendo de maneira diversa, como proposto pela denunciante e pelo auditor externo, necessitar-se-ia de uma central de triagem dentro do aterro, para a correta separação dos resíduos, implicando na criação de mais uma etapa extremamente sensível do processo, que demandaria mais recursos humanos, atrasaria a dinâmica da operação e consequentemente majoraria os custos.

A integração dos coletores no processo de destinação final dos resíduos é estratégica para dinamizar e precaver qualquer tipo de contaminação do solo do aterro oriunda de coleta de resíduos indevidos, que acarretariam em importantes impactos em nossa municipalidade e ao meio ambiente.

Outro fator que merece destaque e que revela o equilíbrio das integrações dos lotes como definido pela Administração, concerne na premissa que caso houvesse uma contratada realizando a coleta dos resíduos, esta receberia pela tonelada coletada, consectário lógico, quanto mais coletasse maior será sua medição, dinâmica que importaria em grandes riscos a operação diante do potencial risco ao Aterro Municipal.

Deste modo, de acordo com todas as particularidades supra descritas, o objeto foi dividido em 4 (quatro) lotes distintos.

No caso, os itens que integram cada lote, possuem perfeita conexão, compatibilidade e simetria, visando a eficiência da gestão e da fiscalização.



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Rua: José Assunção, 105 São Pedro - Pará de Minas/MG – CEP: 35660-227

(37) 3231 – 7766

Deste modo, o objeto foi dividido em parcelas técnicas e economicamente viáveis, com aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala, com base no art. 23, § 1º da LNL, *in verbis*:

Art. 23.....

[...]

§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

Dessa forma não houve diminuição da competição na licitação nem aumento dos valores contratados.

Ressalta-se que um dos itens obrigatórios à habilitação foi o **6.3.4. Visita Técnica**, outra exigência é de que a visita fosse realizada necessariamente pelo **Responsável Técnico detentor dos atestados** que seriam apresentados pela empresa licitante.

Embora tal requisito possa ser interpretado como excessivo, para a Administração revela-se como essencial visto que apenas conhecendo localmente o trabalho e a dinâmica da operação, os licitantes poderiam dimensionar e compreender a extensão do objeto, e apenas um engenheiro civil / agrônomo poderia aferir tais especificidades.

Todos os licitantes que realizaram a visita técnica, totalizando **20 (vinte)**, compreenderam a dinâmica e necessidade de tal exigência o que os permitiu melhor compreensão do objeto para melhor composição de suas propostas.

Foram algumas delas:



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Rua: José Assunção, 105 São Pedro - Pará de Minas/MG – CEP: 35660-227

(37) 3231 – 7766

Empresas Participantes da Concorrência 002/2021 Pará de Minas/MG		
RAZÃO SOCIAL	CNPJ	CIDADE MATRIZ
LITUCERA LIMPEZA E ENGENHARIA LTDA	62.011.788/0001-99	VINHEDO/SP
ENGESP CONSTRUÇÕES EIRELI	02.119.118/0001-69	BETIM/MG
QUANTUM ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	20.839.994/0001-41	BELO HORIZONTE/MG
PCK CONSTRUTORA LTDA	23.952.501/0001-73	MONTES CLAROS/MG
ECP ENGENHARIA LTDA	16.593.410/0001-23	BELO HORIZONTE/MG
VINA EQUIPAMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA	02.230.611/0001-51	BELO HORIZONTE/MG
EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA	27.740.311/0001-43	ITABIRA/MG
RJR ENGENHARIA LTDA	23.528.106/0001-68	BELO HORIZONTE/MG
MEGA CONSTRUTORA E SERVIÇOS EIRELI	18.769.287/0001-84	TEÓFILO OTONI/MG
EPPO SANEAMENTO AMBIENTAL E OBRAS LTDA	01.059.631/0001-49	PIRACICABA/SP
VT AMBIENTAL LTDA	23.377.905/0001-80	BELO HORIZONTE/MG
CONSTRUTORA ISRAEL EIRELI	04.565.082/0001-72	BRUMADINHO/MG
MD AMBIENTAL LTDA	27.854.226/0001-06	BELO HORIZONTE/MG
SUMA BRASIL	16.565.111/0001-85	BELO HORIZONTE/MG

Nota-se que algumas das empresas visitantes vieram de outros estados percorrendo muitos quilômetros para cumprir e conhecer as características do aterro de nosso município, do qual tanto nos orgulhamos.

Já a denunciante, empresa sediada na comarca de Belo Horizonte, a apenas 50 (cinquenta) km de Pará de Minas, não se dignou a realizar ao menos a visita técnica.

Ao contrário. Utilizou-se tão somente das prerrogativas da letra fria da lei, através de seus distintos procuradores confortavelmente estabelecidos em seus robustos escritórios de alto padrão.

Muito provavelmente seja esta a causa da incompreensão da Denunciante que nada mais fez do que questionar durante todo o processo licitatório apresentando todas as impugnações, recursos e denúncias cabíveis em todas as instâncias., entretanto não se dignou a realizar ao menos a visita técnica!

No caso em tela, ressalta-se que a denunciante convenientemente omitiu que não possui o atestado de capacidade técnica de operação de aterro sanitário pois



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Rua: José Assunção, 105 São Pedro - Pará de Minas/MG – CEP: 35660-227

(37) 3231 – 7766

nunca operou nenhum empreendimento deste jaez, mas quer que o Edital seja direcionado para as suas particularidades e interesses.

Participaram do certame 14 (quatorze) empresas, sendo que 3 (três) foram declaradas habilitadas para o lote 1 e chegaram ao final.

2) Cotação de preço de mercado

A Administração Municipal realizou pesquisa de mercado junto no mínimo 3 (três) empresas que possuem comprovada atuação na área do objeto da licitação.

Reitera-se que sempre foi este o procedimento usual desta Administração na maioria de seus certames.

Deste modo, a Administração Municipal foi diligente e não agiu com desídia, cumprindo o disposto no inciso V, § 1º, art. 15 e inciso IV, art. 43, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

É importante assinalar que o Manual de Licitações e Contratos Tribunal de Contas da União (TCU) afirma que na fase interna do procedimento de licitação pública deve ser observada a seguinte sequência de atos preparatórios, dentre elas, destaca-se, *ipsis litteris*:

“estimativa do valor da contratação, por comprovada pesquisa de mercado, em pelo menos três fornecedores do ramo correspondente ao objeto da licitação;”

Nesses termos, é a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU):

“Proceda, quando da realização de licitação, à consulta de preços correntes no mercado, ou fixados por órgão oficial competente ou, ainda, constantes do sistema de registro de preços, em cumprimento ao disposto art. 43, inc. IV, da Lei nº 8.666/1993, consubstanciando a pesquisa no mercado em, **pelo menos, três orçamentos de**



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Rua: José Assunção, 105 São Pedro - Pará de Minas/MG – CEP: 35660-227

(37) 3231 – 7766

fornecedores distintos, os quais devem ser anexados ao procedimento licitatório.

Acórdão 1547/2007 Plenário”

Por sua vez, esse TCEMG também se pronunciou sobre a questão na Licitação nº 696.116, Relator Conselheiro Wanderley Ávila, citada na edição especial da Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais:

Licitação. Pesquisa de preços no mercado. '[...] não constou dos autos a comprovação da realização de ampla pesquisa de mercado, objetivando a aferição de compatibilidade dos preços ofertados pelos licitantes. [...] A pesquisa apresentada limitou-se a 01 (um) fornecedor para cada marca do produto [...], não sendo, portanto, observada a amplitude exigida no art. 3º do Decreto Municipal n. 2.302/1999, c/c disposto no § 1º do art. 15 da Lei n. 8.666/93. Apesar da realização de pesquisa em três empresas distintas, cada uma delas cotou uma marca diferente e, nestes termos, a amplitude da pesquisa restou prejudicada' (Licitação n. 696.116. Relator Conselheiro Wanderley Ávila. Sessão do dia 03/05/2006).

Tem-se desta forma, a estrita observância dos ditames legais não configurando a infringência de nenhuma lei, eis que as Leis 8.666/93 e 10.520/02, a despeito de exigirem como anexo do edital orçamento, não estabeleceram parâmetros objetivos para a confecção das pesquisas de preços.

Conforme documento anexa, verifica-se que o preço da proposta final é de valor inferior ao de contratações semelhantes, com serviços menores.

À guisa de exemplo, corroborando que o valor da proposta vencedora está de acordo com o preço de mercado, segue planilha comparativa:



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Rua: José Assunção, 105 São Pedro - Pará de Minas/MG – CEP: 35660-227

(37) 3231 – 7766

EDITAIS LIMPEZA						
EMPRESAS/ MUNICÍPIO	TIPO LICITAÇÃO	DATA DE ABERTURA	COLETA	COLETA CONTAINER	VARRIÇÃO	ATERRO
ENGESP			R\$ 123,35	R\$ 182,86	R\$ 52,82	R\$ 99,27
Araguari	CP	24/03/2022	R\$ 162,43	-	-	-
Ouro Branco	PREGÃO PRESENCIAL	12/01/2022	R\$ 230,64	R\$ 230,64	R\$ 130,18	-
Além Paraíba	PREGÃO ELETRÔNICO	22/09/2022	R\$ 271,93	-	-	R\$ 122,01
Brumadinho	CONCORRÊNCIA	26/01/2021	-	R\$ 273,05	-	R\$ 165,72
Boa Esperança	CONCORRÊNCIA	23/04/2021	-	R\$ 291,47	R\$ 180,00	-
Passo Tempo	PREGÃO PRESENCIAL	09/06/2021	-	-	-	R\$ 127,50
Elói Mendes	PREGÃO ELETRÔNICO	-	-	-	R\$ 205,63	-

É essencial destacar que o valor da proposta vencedora é menor do que vários Municípios da região, tais como Ouro Branco, Esmeraldas e Passo Tempo, que possuem inclusive uma população menor que a de Pará de Minas.

Ou seja, comparando-se o valor da proposta vencedora, com (i) a pesquisa de mercado junto a empresas e com os (ii) preços públicos, oriundos de outros certames, fica provado de maneira cabal e indubitável que:

- Não houve desrespeito à lei;
- não houve dano ao erário,
- não houve contratação de preço superior ao de mercado.

Outrossim, evidencia-se que tal metodologia é praxe no mercado em certames de mesmo objeto conforme infra destacamos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº042/2021, PRC 221/2021 DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL




PREFEITURA DE
OURO BRANCO

Prefeitura Municipal de Ouro Branco
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras



Os preços foram tabulados com a inserções de valores praticados no mercado local e utilizando parâmetros de custo de pessoal da Convenção Coletiva de Trabalho MG001366/2018 – Sindicato das empresas de coleta, limpeza e industrialização do lixo de Minas Gerais – CNPJ N.º 65.174.153/0001-09.



**SECRETARIA MUNICIPAL
DE OBRAS E INFRAESTRUTURA**

SERVIÇOS PÚBLICOS DE LIMPEZA URBANA NO MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS

PLANKHA DE CUSTO

DATA BASE: 05/01/2021 BDI: 25,14%

Item	Serviços	Un	P. Unit sem BDI	P. Unit com BDI	Quantidade		Valor	
					Mensal	Anual	Mensal com BDI	Anual com BDI
	LOTE I						1.059.414,04	12.712.966,48
1	COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES, COMERCIAIS, PÚBLICOS E DE VARRIÇÃO, RESÍDUOS VOLUMOSOS E INSERVÍVEIS (CONTIDOS EM RECIPIENTES DE ATÉ 100 LITROS), ENTULHOS, TERRA, RESÍDUOS DE VEGETAÇÃO E SOBRAS DE MATERIAIS DEVIDAMENTE ACONDICIONADOS E COM PESO DE ATÉ 50 KG, ATRAVÉS DE CAMINHÕES COMPACTADORES DE LIXO, COM CAPACIDADE DE 15 M³	T	148,77	186,17 ✓	1.600,00	19.200,00	297.872,00 ✓	3.574.464,00
2	COLETA CONTAINERIZADA, TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO TIPO DOMICILIAR, COM CAMINHÕES COMPACTADORES DOTADOS DE DISPOSITIVO TIPO LIFTER PARA BASCULAMENTOS DOS CONTÊINERES, INCLUSIVE FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DE CONTÊINERES (PEAD CAPACIDADE DE 1.000 LITROS)	T	171,05	214,05 ✓	150,00	1.800,00	32.107,50 ✓	385.290,00
3	VARRIÇÃO MANUAL DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS	KM SARJ	84,20	105,37 ✓	3.300,00	39.600,00	347.721,00 ✓	4.172.652,00
4	VARRIÇÃO EVENTOS	EQ X DIA	4.984,73	6.237,89 ✓	4,00	48,00	24.951,56 ✓	299.418,72
5	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, DE VARRIÇÃO E DOS SERVIÇOS COMPL. DE LIMPEZA URBANA EM ATERRO SANITÁRIO DEVIDAMENTE LICENCIADO POR ÓRGÃO AMBIENTAL, INCLUSIVE SEU GERENCIAMENTO E MANUTENÇÃO	T	124,72	156,07 ✓	1.750,00	21.000,00	273.122,50 ✓	3.277.470,00
6	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	MÊS	66.836,73	83.639,48 ✓	1,00	12,00	83.639,48 ✓	1.003.673,76

OBS:

A coleta dos distritos e povoados deverá ser efetuada conforme termo de referência, compensando os fteados porventura existentes, em caminhão basculante.

A coleta domiciliar será executada porta a porta no período diurno (com exceção do centro comercial), em todas as vias públicas oficiais e abertas à circulação ou que venham a ser abertas durante a vigência do contrato, acessíveis a veículos de coleta (caminhões compactadores) em marcha reduzida. Caso não haja possibilidade de acesso do veículo coletor, a remoção dos resíduos deverá ser feita manualmente.

A coleta do lixo especial será realizada conforme termo de referência e no período diurno.


Em todos os itens da planilha poderão haver alterações de quantitativos/frequência para atender ao crescimento da demanda.



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Rua: José Assunção, 105 São Pedro - Pará de Minas/MG – CEP: 35660-227

(37) 3231 – 7766

 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA		SERVIÇOS PÚBLICOS DE LIMPEZA URBANA NO MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS			
Item	Serviços	Un	P. Unit	Quantidade	Valor
				CONTRATUAL	CONTRATUAL
					66.836,73
	ADMINISTRAÇÃO LOCAL - LOTE I - ITEM 6				
	MÃO DE OBRA, VEÍCULOS, CONSUMOS E ALIMENTAÇÃO				
	ENGENHEIRO CIVIL OU SANITARISTA	MÊS	15.376,50	0,50	7.688,25
	ENGENHEIRO AGRÔNOMO OU FLORESTAL	MÊS	15.376,50	0,30	4.612,95
	CHEFE DE ESCRITÓRIO/ COORDENADOR DE LIMPEZA URBANA	MÊS	6.597,10	1,00	6.597,10
	AUXILIAR (ADMINISTRATIVO) DE ESCRITÓRIO	MÊS	3.270,80	1,00	3.270,80
	VIGIA	MÊS	3.335,55	2,00	6.671,10
	AJUDANTE/ AUXILIAR DE LIMPEZA	MÊS	2.547,45	1,00	2.547,45
	SUPERVISOR/ ENCARGADO DE MECÂNICA	MÊS	6.654,45	1,00	6.654,45
	MECÂNICO	MÊS	5.278,05	1,00	5.278,05
	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	MÊS	5.278,05	1,00	5.278,05
	LAVADOR	MÊS	2.613,03	1,00	2.613,03
	VEÍCULOS				
	CARRO ENGENHEIRO DE OBRA	MÊS	1.611,00	1,00	1.611,00
	CARRO COORDENADOR	MÊS	1.611,00	1,00	1.611,00
	PICK UP (MANUTENÇÃO/ OFICINA)	MÊS	1.890,00	1,00	1.890,00
	CARRO FISCAL PREFEITURA	MÊS	1.611,00	1,00	1.611,00
	MOTO PREFEITURA	MÊS	650,00	1,00	650,00
	COMBUSTÍVEIS				
	ETANOL - CARRO ENGENHEIRO	L	2,49	90,00	224,10
	ETANOL - CARRO COORDENADOR	L	2,49	180,00	448,20
	ETANOL - PICK UP (MANUTENÇÃO/ OFICINA)	L	2,49	180,00	448,20
	GASOLINA - MOTO	L	4,15	80,00	332,00
	CONSUMOS				
	ÁGUA	MÊS	500,00	1,00	500,00
	ENERGIA	MÊS	1.500,00	1,00	1.500,00
	TELEFONE	MÊS	300,00	1,00	300,00
	INSTALAÇÃO PROVIDA DE VESTIÁRIOS/ SANITÁRIOS, REFEITÓRIO, ESCRITÓRIO, ALMOXARIFADO, PATIO DE ESTACIONAMENTO, REPAROS E MANUTENÇÃO	MÊS	4.000,00	1,00	4.000,00
	GASTOS COM MATERIAL DE LIMPEZA, PAPELARIA	MÊS	500,00	1,00	500,00

3) Qualificação técnica profissional

Nesta seara, com relação à exigência de comprovação de qualificação técnica das empresas licitantes, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 regulamentou, *in verbis*:

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

[...]

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Rua: José Assunção, 105 São Pedro - Pará de Minas/MG – CEP: 35660-227

(37) 3231 – 7766

um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;”(grifos nossos)

Faz-se mister esclarecer a finalidade do instituto da “capacidade técnica”, já que um dos motivos do recurso sob análise trata de assunto também desse jaez.

O saudoso mestre administrativista mineiro Prof. Carlos Pinto Coelho Motta², autor de vários livros na seara das Licitações, na sua clássica obra *“Eficácia nas Licitações e Contratos”*, teceu as seguintes lições sobre a importância da exigência da qualificação técnica:

“A exigência de certidões ou atestados que explicitem a experiência pregressa da empresa, com características, quantidades e prazos semelhantes ao escopo licitado.” (grifos nossos)

Na mesma esteira, o Prof. Hamilton Bonatto³, engenheiro civil e advogado especialista em Direito Constitucional, Coordenador da Assessoria Técnica Jurídica da Secretaria de Estado de Obras Públicas do Paraná, na sua festejada obra *“Licitações e Contratos de Obras e Serviços de Engenharia”*, asseveram de forma incisiva que:

“[...] em nome do interesse público, em função da necessidade de contratar empresas que reúnam as condições mínimas necessárias para o cumprimento do contrato a ser firmado, com a execução da obra, com qualidade e no tempo esperado, a Administração pode e deve fazer exigências às empresas, dentro de critérios razoáveis e compatíveis com o objeto a ser contratado.

² MOTTA, Carlos Pinto Coelho. *Eficácia nas Licitações e Contratos*. 10 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005, p. 277 e 281.

³ BONATTO, Hamilton. *Licitações e Contratos de Obras e Serviços de Engenharia*. Belo Horizonte: Fórum, 2010, p. 114 e 119.



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Rua: José Assunção, 105 São Pedro - Pará de Minas/MG – CEP: 35660-227

(37) 3231 – 7766

[..]

A **capacidade técnico-operacional** deve ser comprovada mediante a apresentação de atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado ao licitante e certificado pelo CREA, **que comprove que este executou obras ou serviços de engenharia de aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação, em características, quantidades e prazos.**”
(grifos nossos)

É dentro dessa seara que o Prof. Rolf Dieter Oskar Friedrich Braünert⁴, na sua obra *“Como Licitar Obras e Serviços de Engenharia”*, prefaciada pelo ex-magistrado do TJMG, Prof. Jair Eduardo Santana, leciona:

“A qualificação técnica refere-se à comprovação de capacidade técnica do proponente executar o objeto, a ser contratado, em conformidade com o estabelecido no contrato. A avaliação é sempre efetuada em fase anterior à análise de proposta de preços, objetivando a exclusão do proponente que não apresentar condições técnicas para a execução do objeto”.

[...]

“Atividade pertinente e compatível deve ser entendida como qualquer atividade similar à relacionada ao objeto, devendo o proponente demonstrar já ter executado serviço de mesma natureza ao objeto da licitação.”

É imperioso lembrar que o Eg. Tribunal de Contas da União (TCU) tem decidido que é legal, para a comprovação da capacidade técnica da licitante, a exigência de quantitativos mínimos, executados em experiência anterior, compatíveis com o objeto que se pretende contratar:

4 BRAÜNET, Rolf Dieter Oskjar. *Como Licitar Obras e Serviços de Engenharia*. 1 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2009, p. 196.



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Rua: José Assunção, 105 São Pedro - Pará de Minas/MG – CEP: 35660-227

(37) 3231 – 7766

“É legal, para a comprovação da capacidade técnico-profissional da licitante, a exigência de quantitativos mínimos, executados em experiência anterior, compatíveis com o objeto que se pretende contratar.

Denúncia acerca de possíveis irregularidades em pregão promovido pelas Centrais Elétricas de Rondônia S.A. (Ceron), destinado à contratação de fornecimento e instalação de módulos fotovoltaicos no total de 120 kWp de capacidade, apontara possível restrição à competitividade do certame, decorrente de exigência editalícia de quantitativos mínimos em atestado de capacidade técnico-profissional. Sinteticamente, o edital requeria a apresentação de certidões de acervo técnico de engenheiros, emitidas pelo Crea, demonstrando experiência em projetos executivos e gerenciamento de construção de usinas fotovoltaicas com capacidade de pelo menos 30 kWp. Revisitando os requisitos do inciso I do § 1º do art. 30 da Lei 8.666/93, **o relator registrou que a interpretação que “mais se coaduna com o interesse da Administração de se resguardar quanto à real capacidade técnica da licitante de prestar adequadamente os serviços pactuados” é a que vincula a vedação de exigências de quantidades mínimas ao número de atestados, e não aos serviços objeto dos atestados fornecidos.** No caso concreto, pela complexidade técnica dos serviços, entendeu o relator ser **“imprescindível a apresentação de atestado de capacidade técnico-profissional com exigência de quantitativos mínimos, sob pena de a Administração atribuir responsabilidade pela prestação dos serviços a profissionais que não detêm capacidade técnica demonstrada na execução de serviços de porte compatível com os que serão efetivamente contratados”.** Em tais circunstâncias, refletiu o relator, **“o que deve ser então ponderado é se os quantitativos mínimos exigidos em relação à capacidade técnico-profissional das licitantes restringiram excessivamente a competitividade do certame em tela”.** Na licitação



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Rua: José Assunção, 105 São Pedro - Pará de Minas/MG – CEP: 35660-227

(37) 3231 – 7766

em análise o quantitativo exigido no edital correspondia a apenas 25% do total a ser contratado, “não podendo ser considerado, a priori, exorbitante a ponto de se inferir ter havido restrição indevida à competitividade do certame”. Nada obstante, entendeu o relator ser necessária, ante a ausência de justificativas para os quantitativos requeridos, a expedição de determinação à Ceron para que, “em futuras licitações, ao exigir quantitativos mínimos para fim de comprovação da capacidade técnico-profissional das licitantes, apresente a devida motivação dessa decisão administrativa, evidenciando que a exigência é indispensável à garantia do cumprimento da obrigação a ser assumida pela vencedora do certame”. O Plenário, acolhendo a proposta do relator, julgou parcialmente procedente a Denúncia, expedindo a determinação sugerida. (Acórdão 3070/2013-Plenário, TC 018.837/2013-1, relator Ministro José Jorge, 13.11.2013)” (grifo nossos)

Diante da uniformização dos julgados, o Tribunal de Contas da União (TCU) sumulou a matéria:

“SÚMULA Nº 263/2011

Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.” (grifos nossos)

A esse respeito, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já enfrentou o tema de frente e decidiu:

“PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO.
PREQUESTIONAMENTO. LICITAÇÃO. CAPACITAÇÃO TÉCNICA



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Rua: José Assunção, 105 São Pedro - Pará de Minas/MG – CEP: 35660-227

(37) 3231 – 7766

PROFISSIONAL. EXIGÊNCIA DE EXPERIÊNCIA ANTERIOR ASSENTADA EM CRITÉRIO QUANTITATIVO. POSSIBILIDADE.

1. O acesso à via excepcional, nos casos em que o Tribunal a quo, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não soluciona a omissão apontada, depende de alegação, nas razões do recurso especial, de ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil.

Precedentes da Corte.

2. A melhor inteligência da norma ínsita no art. 30, § 1º, I (parte final), da Lei de Licitações orienta-se no sentido de permitir a inserção no edital de exigências de quantidades mínimas ou de prazos máximos quando, vinculadas ao objeto do contrato, estiveram assentadas em critérios razoáveis.

3. Recurso especial parcialmente conhecido (violação do art. 30, § 1º, inc. I, da Lei n. 8.666/93) e, nessa parte, não-provido.

(REsp 466.286/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/10/2003, DJ 20/10/2003, p. 256)⁵ (grifos nossos)

Desta forma, vê-se que a doutrina e jurisprudência dominante é no sentido de que é legal, para a comprovação da capacidade técnica da licitante, a exigência de quantitativos mínimos, executados em experiência anterior, compatíveis com o objeto que se pretende contratar.

Com relação à exigência da modalidade do vínculo do Responsável Técnico (RT) da empresa, a questão merece reflexões e aprofundamentos.

5 No mesmo sentido: REsp 361.736/SP, 2ª T. rel. Min. Eliana Calmon, j. em 05.09.2002, DJ de 31.03.2003.

EDcl no REsp 271.941, 2ª T. Min. Eliana Calmon, j. em, j. em 06.11.2007, DJ de 20.11.2007



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Rua: José Assunção, 105 São Pedro - Pará de Minas/MG – CEP: 35660-227

(37) 3231 – 7766

Deve-se contextualizar em 2 (dois) momentos: antes e depois da Resolução 1.121/2019.

Com efeito, o parágrafo único do art. 13 da RESOLUÇÃO CONFEA Nº 247, DE 16 ABR 1977, que “Dispõe sobre o registro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia”, estabelecia:

Art. 13. Um profissional pode ser responsável técnico por uma única pessoa jurídica, além da sua firma individual, quando estas forem enquadradas por seus objetivos sociais no artigo 59 da Lei 5.194/66 e caracterizadas nas classes A, B e C do artigo 1º desta Resolução.

Parágrafo único – Em casos excepcionais, desde que haja compatibilização de tempo e área de atuação, poderá ser permitido ao profissional, a critério do Plenário do Conselho Regional, ser o responsável técnico de até 03 (três) empresas no máximo, além da sua firma individual.

Portanto, durante a vigência do parágrafo único do art. 13 da RESOLUÇÃO Nº 247, DE 16 ABR 1977, não era razoável exigir que o RT pertencesse aos quadros permanentes da empresa, pois havia um regramento que permitia que o profissional fosse responsável técnico de até 03 (três) empresas no máximo, além da sua firma individual, desde que houvesse compatibilização de tempo e área de atuação.

Mas, com o advento, da Resolução 1.121/2019, do Confea, a questão passou a ser regulada da seguinte forma:



DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Art. 16. Responsável técnico é o profissional legalmente habilitado e registrado ou com visto que assume a responsabilidade perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e o contratante pelos aspectos técnicos das atividades da pessoa jurídica envolvendo o exercício de profissões fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea.

§1º O responsável técnico deverá fazer parte do quadro técnico da pessoa jurídica, ter atribuições total ou parcialmente compatíveis com o objetivo social da empresa e proceder o registro da respectiva ART de cargo ou função.

§2º Cada pessoa jurídica terá pelo menos um responsável técnico.

§ 3º Nos impedimentos do responsável técnico, a pessoa jurídica deverá designar substituto legalmente habilitado e registrado ou com visto no Crea, enquanto durar o impedimento.

Art. 17. **O profissional poderá ser responsável técnico por mais de uma pessoa jurídica.**

Por sua vez, no item (perguntas e respostas) do site do CREA-MG (<http://www.crea-mg.org.br/perguntas-frequentes>) há a seguinte orientação:

19. Existe uma quantidade limite de empresas pelas qual o profissional pode ser responsável técnico?

A Resolução 1.121/2019, do Confea, não prevê limitação do número de empresas sob responsabilidade técnica do profissional, nem a carga horária do mesmo.

Um absurdo.



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Rua: José Assunção, 105 São Pedro - Pará de Minas/MG – CEP: 35660-227

(37) 3231 – 7766

Não existe regra e um profissional pode ser RT de quantas empresas quiser, **SEM LIMITE**.

Tal escatológico dispositivo substituiu a questão, sem limites.

Por isso, criou-se um mercado de venda de RT para as empresas.

Portanto, diante do atual regramento do CONFEA, através da Resolução 1.121/2019, é razoável que seja exigido que o RT possua vínculo permanente.

Deste modo, como já exaustivamente explicitado, o relevante fato do Município de Pará de Minas possuir aterro sanitário licenciado próprio e sua operação fazer parte do objeto do certame, levou esta Administração cercar-se pela contratação de empresa apta a operar o referido aterro sanitário (lote 1).

Trata-se de uma conquista do Município, em prol da preservação do meio ambiente do desenvolvimento sustentável e da valorização dos munícipes e da nossa região, alçando o município a um patamar de evolução nacional.

Mas, a denunciante, convenientemente omitiu tal fato em sua denúncia.

Por isso, de acordo com as particularidades locais, é essencial a exigência de atestado que demonstre operação de aterro sanitário licenciado.

A denunciante omite o preencher tal requisito e nenhum momento apresenta certidão de já ter operado aterro devidamente licenciado, mas pretende direcionar o certame para seus próprios interesses em detrimento à supremacia do interesse público e às particularidades e especificidades locais.

Nota-se através da documentação apresentada pela denunciante que esta pretende induzir a erro ao equiparar sua atuação em aterros que não possuíam licença de operação, evocando para isso princípios inerentes as contratações públicas criando uma cortina de fumaça sob o cerne da hermenêutica, qual seja, comprovação da capacidade da licitante de operar perfeitamente um aterro com LICENÇA DE OPERAÇÃO, que apenas é possível com atestado técnico respectivo.



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Rua: José Assunção, 105 São Pedro - Pará de Minas/MG – CEP: 35660-227

(37) 3231 – 7766

Ora! Não existe outro meio hábil de comprovar que a pretensa contratada possui *know-how* e expertise necessários a não comprometer a segurança e a manutenção de um empreendimento tão caro a esta Administração.

A Denunciante não demonstra já ter operado aterro que possuísse Licença de Operação. O que sumariamente a excluiria do certame. Licença Prévia e Licença de Instalação não se confundem com Licença de Operação nos termos da NBR10004 e da ABNT NBR13896/97.

Tal constatação depreende-se inclusive do parecer do auditor de controle externo, conforme infra destacado:

2.2.2. Análise do apontamento

Conforme já analisado no item 2.1.2, a construção e operação de um aterro sanitário é atividade complexa, que exige a elaboração de projetos específicos, bem como uma execução cautelosa, visto que o risco de haver impactos ao meio ambiente pela incorreta disposição dos resíduos sólidos urbanos é alto.

Nesse sentido, a resolução n 237/1997 do CONAMA trouxe a obrigação do processo de licenciamento ambiental como forma de promover uma melhor gestão ambiental. Tal resolução define os empreendimentos que estarão sujeitos a licenciamento ambiental, incluindo os que tem como objetivo o tratamento e a destinação final de resíduos sólidos urbanos, tais como os aterros sanitários:

O licenciamento de um aterro sanitário envolve uma licença prévia, licença de instalação e licença de operação. Nesse sentido, basicamente, para que um projeto de aterro sanitário obtenha licenciamento, nele precisam constar: sistema de drenagem, coleta e tratamento do chorume, drenagem do biogás, drenagem de águas pluviais, dimensionamento das células lixo/terra, fixação da impermeabilização de fundo do aterro para iniciar a operação, dimensionamento da cobertura final do aterro com declividade já pré-definida, nível de compactação do aterro para se saber se a vida útil esperada condiz com o projeto, e ainda a infraestrutura de apoio ao aterro.

Levando em conta os riscos inerentes à atividade e a obrigação legal de licenciamento ambiental para aterros sanitários, entende-se que somente as empresas que operem aterros sanitários licenciados estarão aptas para realizar uma operação segura e de qualidade desse tipo de empreendimento. Se o aterro sanitário não é licenciado, entende-se que o mesmo está descumprindo algum requisito estabelecido na legislação, sendo que a comprovação desse tipo de operação não seria suficiente para atender os requisitos desejados pela Administração de Pará de Minas.



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Rua: José Assunção, 105 São Pedro - Pará de Minas/MG – CEP: 35660-227

(37) 3231 – 7766

4) Responsabilização dos agentes públicos

Não existe prova de conduta dolosa e danos ao erário.

Muito pelo contrário.

Foram realizados orçamentos junto a diversas empresas, sendo que (três) empresas do ramo, que possuem comprovada atuação na área do objeto da licitação, apresentaram suas cotações.

Ou seja, a Administração Municipal foi diligente e não agiu com desídia.

Conforme documento anexo verifica-se que o preço da proposta final é de valor inferior ao de contratações semelhantes, com serviços menores.

Ou seja, comparando-se o valor da proposta vencedora, com (i) a pesquisa de mercado junto a empresas e com os (ii) preços públicos, oriundos de outros certames, fica provado de maneira cabal e indubitável que não houve danos ao erário, nem contratação de preço superior ao de mercado.

Concessa máxima vênia, tentar responsabilizar servidores sérios, que não agiram com dolo, nem causaram prejuízo ao erário, trata-se de excesso, positivismo e intolerância.

Cabe dizer que o art. 22 do LINDB obriga ao controlador que, ao avaliar a decisão administrativa, considere as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente, bem como os obstáculos e as dificuldades reais e as exigências das políticas públicas a seu cargo, o que reforça a importância de uma motivação adequada e suficiente e, ao mesmo tempo, confere ao gestor, sob o resguardo do art. 28 da mesma LINDB, a necessária tranquilidade para tomar a decisão que lhe parecer correta diante do caso concreto.

A incidência do princípio da culpabilidade no Direito Administrativo Sancionador tem assento constitucional previsto no art. 5º, inciso XLV da Constituição da República.



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Rua: José Assunção, 105 São Pedro - Pará de Minas/MG – CEP: 35660-227

(37) 3231 – 7766

O art. 28 da Lei de Introdução às normas de Direito Civil Brasileiro, incluído pela Lei Federal nº 13.655/2018, além de confirmar a existência do referido espaço, parece ter inovado o no sistema jurídico brasileiro nesse ponto.

Sobre o tema, o Professor Pedro de Holanda Dionísio⁶ dá uma didática lição:

“É que como visto, o dispositivo passou a exigir a presença de dolo ou, pelo menos, de um erro grosseiro para que possa ocorrer a responsabilização pessoal de agentes do Estado.”

Não se amolda aos reflexos do princípio da proporcionalidade que se adotem medidas sancionadoras diante de um excesso formal da tipicidade punitiva.

Nesse sentido, vale transcrever a lição de Gilmar Ferreira Mendes, Inocêncio Mártires Coelho e Paulo Gustavo Gonet Branco⁷:

“Utilizado, de ordinário, para aferir a legitimidade das restrições de direitos – muito embora possa aplicar-se, também, para dizer do equilíbrio na concessão de poderes, privilégios ou benefícios – o princípio da proporcionalidade ou da razoabilidade, em essência, consubstancia uma pauta de natureza axiológica que emana diretamente das ideias de justiça, equidade, bom senso, prudência, moderação, justa medida, proibição de excesso, direito justo e valores afins; precede e condiciona a posituação jurídica, inclusive a de nível constitucional; e, ainda, enquanto princípio geral do direito, serve de regra de interpretação para todo o ordenamento jurídico. No âmbito do direito constitucional, que o acolheu e reforçou, a ponto de impô-los à obediência não apenas das autoridades administrativas, mas também de juízes e legisladores, esse princípio

6 DIONÍSIO, Pedro de Hollanda. O direito ao erro do administrador público no Brasil: contexto, fundamentos e parâmetros. 1 ed. Rio de Janeiro: Mundo Jurídico, 2019.

7 BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; COELHO, Inocêncio Mártires e MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 120-121.



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Rua: José Assunção, 105 São Pedro - Pará de Minas/MG – CEP: 35660-227

(37) 3231 – 7766

acabou se tornando consubstancial à própria ideia de Estado de Direito pela sua íntima ligação com os direitos fundamentais, que lhe dão suporte e, ao mesmo tempo, dele dependem para se realizar. Essa interdependência se manifesta especialmente nas colisões entre bens ou valores igualmente protegidos pela Constituição, conflitos que só se resolvem de modo justo ou equilibrado fazendo-se apelo ao subprincípio da proporcionalidade em sentido estrito, o qual é indissociável da ponderação de bens e, ao lado da adequação e da necessidade, compõe a proporcionalidade em sentido amplo. (grifos nossos)

Portanto, fica demonstrada a conduta escusável do manifestante, deixando evidente a ausência de ofensividade, de danos ao erário, de lesividade, de má-fé e de dolo no caso em análise.

DOS PEDIDOS

Ex posits, requer a Vossa Excelência que diante do exposto na fundamentação, vote pela improcedência dos apontamentos contidos na denúncia e o respectivo arquivamento.

Termos que pede e espera deferimento.

Pará de Minas, 21 de fevereiro de 2022.

ELIAS DINIZ

Prefeito Municipal

FLÁVIO VARELA CANÇADO
Assessor

JOSÉ CORNÉLIO DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura

ANDERSON JOSÉ GUIMARÃES VIANA
Servidor Público Municipal



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento de procuração, o Excelentíssimo Senhor Prefeito **ELIAS DINIZ**, brasileiro, casado, portador do RG nº M-4.590.976, inscrito no CPF sob o nº 547.483.306-78, **JOSÉ CORNÉLIO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura, inscrito no CPF nº 442.990.366-20, **FLÁVIO VARELA CANÇADO**, brasileiro, casado, servidor público municipal, inscrito no CPF nº 277.932.816-91 e **ANDERSON JOSÉ GUIMARÃES VIANA**, brasileiro, divorciado, servidor público municipal, portador do RG nº MG-6.896.847, inscrito no CPF nº 620.936.736-49, constituem como seus bastante procuradores o Dr. Hernando Fernandes da Silva, OAB/MG nº 117.233 e Assessores Jurídicos listados na Resolução nº 02/2021 já constante dos autos nº **1.102.382**, com poderes para apresentar defesa junto ao **Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**.

Pará de Minas (MG), 23 de fevereiro de 2022.


ELIAS DINIZ

Prefeito de Pará de Minas


JOSÉ CORNÉLIO DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Obras e Infraestrutura


FLÁVIO VARELA CANÇADO

Servidor


ANDERSON JOSÉ GUIMARÃES VIANA

Servidor

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

Processo: **PRC 068/2021** – Modalidade: **CONCORRÊNCIA 002/2021**

ATA DE ABERTURA

Aos 05 (cinco) dias do mês de julho do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), às 09:00 (nove horas), na Sala de Licitações, 3º (terceiro) andar da Prefeitura Municipal de Pará de Minas, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação para apuração da **CONCORRÊNCIA 002/2021**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO COMPLETA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE LIMPEZA URBANA NO MUNICÍPIO**. Aberta a sessão, estando as empresas LITUCERA LIMPEZA E ENGENHARIA LTDA; ENGESP CONSTRUÇÕES EIRELI; QUANTUM ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA; PCK CONSTRUTORA LTDA; SUMA BRASIL – SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE S.A; ECP ENGENHARIA LTDA; VINA EQUIPAMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA; EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, com representantes presentes e R.JR ENGENHARIA LTDA; MEGA CONSTRUTORA E SERVIÇOS EIRELI; EPPO SANEAMENTO AMBIENTAL E OBRAS LTDA; PCK CONSTRUTORA LTDA; VT AMBIENTAL LTDA, CONSTRUTORA ISRAEL EIRELI e MD AMBIENTAL LTDA, sem representantes presentes, empresas estas que protocolaram os envelopes para participação. Procedeu-se então **ao exame da habilitação, abertura do envelope de n.º 01 – HABILITAÇÃO**, seguindo os critérios do edital. A conferência dos documentos técnicos ficou a cargo da Sra. Patrícia Duarte Oliveira Franco da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, Sr. Arthur Antônio Barbosa Rezende, Engenheiro Civil da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e Flávio Varela Cançado da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura. Após apreciação dos documentos em conformidade com as exigências contidas no edital, foram declaradas as empresas habilitadas e inhabilitadas conforme segue abaixo:

Empresa(s) habilitada(s):

- LITUCERA LIMPEZA E ENGENHARIA LTDA, **para o lote IV.**
- ENGESP CONSTRUÇÕES EIRELI, **para os lotes I, II, III e IV;**
- QUANTUM ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, **para os lotes II, III e IV;**
- PCK CONSTRUTORA LTDA, **para o lote IV;**
- SUMA BRASIL – SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE S.A, **para o lote IV;**
- ECP ENGENHARIA LTDA, **para os lotes III e IV;**
- VINA EQUIPAMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, **para os lotes I e IV;**
- MD AMBIENTAL LTDA, **para os lotes III e IV;**
- R.JR ENGENHARIA LTDA, **para o lote IV;**
- EPPO SANEAMENTO AMBIENTAL E OBRAS LTDA, **para os lotes III e IV.**

Empresa(s) inabilitada(s):

- LITUCERA LIMPEZA E ENGENHARIA LTDA, **para o lote I**. Apresentou a Licença Operacional, exigida no item 14.2 (Lote I) do Projeto Básico c/c com o item 5.1, letra "P" do Edital, sem autenticação. Foi realizada diligência junto ao site: www.naturatins.to.gov.br, na tentativa de conferência quanto à autenticação, contudo sem êxito;
- QUANTUM ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, **para o lote I**. Não apresentou a Licença Operacional, conforme exigência do item 14.2 (Lote I) do Projeto Básico c/c com o item 5.1, letra "P" do Edital;
- SUMA BRASIL – SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE S.A, **para o lote I**. Não apresentou a Licença Operacional, conforme exigência no item 14.2 (Lote I) do Projeto Básico c/c com o item 5.1, letra "P" do Edital;
- ECP ENGENHARIA LTDA, **para os lotes I e II**. Não apresentou a Licença Operacional e não atendeu o item 14.2 (Lotes I e II) do Projeto Básico c/c com o item 5.1, letra "P" do Edital;
- VINA EQUIPAMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, **para o lote II**. Não atendeu a exigência do item 14.2 (Lote II) do Projeto Básico c/c com o item 5.1, letra "P" do Edital;
- MD AMBIENTAL LTDA, **para os lotes I e II**. Não apresentou Licença Operacional e não atendeu o item 14.2 (Lotes I e II) do Projeto Básico c/c com o item 5.1, letra "P" do Edital;
- EPPO SANEAMENTO AMBIENTAL E OBRAS LTDA, **para o lote I**. Foi realizada diligência junto ao site: autenticidade.cetesb.sp.gov.br, para conferência da Licença Operacional apresentada, sendo detectada que a mesma encontra-se cancelada, conforme print da tela impresso e anexado aos autos;
- EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, os valores apresentados nos índices exigidos no item 4º do 3º adendo, encontram-se divergentes dos valores apresentados no Balanço Patrimonial; não apresentou RT do Profissional, conforme item 14.2 do Projeto Básico c/c com o item 1.2 da Nota Técnica e item 2º, letra "c" do 3º Adendo; não apresentou a GFIP devidamente quitada com respectiva relação de funcionários, conforme exigência do item 14.2 do Projeto Básico c/c com o item 1.2 da Nota Técnica e item 2º, letra "b" do 3º Adendo;
- VT AMBIENTAL LTDA, não apresentou RT do Profissional conforme exigência do item 14.2 do Projeto Básico c/c com o item 1.2 da Nota Técnica e item 2º letra "c" do 3º Adendo;

- CONSTRUTORA ISRAEL EIRELI, não apresentou licença do aterro, conforme exigência do item 5.1, letra "P" do edital c/c com o item 14.2 (lote I) do Projeto Básico; não apresentou RT do Profissional conforme exigência do item 14.2 do Projeto Básico c/c com o item 1.2 da Nota Técnica e item 2º letra "c" do 3º Adendo;
- MEGA CONSTRUTORA E SERVIÇOS EIRELI, não apresentou comprovante de realização de visita técnica, conforme exigência do item 5.1, letra "P" do Edital c/c com o item 1.4 da Nota Técnica.

Apenas a empresa PCK CONSTRUTORA LTDA, apresentou Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, conforme o modelo constante no Anexo VII do edital. O Presidente declara aberto prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis conforme art. 109, inciso I da Lei 8.666/93. E para constar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelo Presidente, membros da Comissão Permanente de Licitação, membros da comissão técnica e representantes presentes, que será publicada na íntegra no site <http://transparencia.parademinas.mg.gov.br>, bem como o resultado terá publicidade na forma da Lei para conhecimento dos interessados.

Pará de Minas, 06 de julho de 2021.

Anderson José Guimarães Viana
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Raquel Cristina de Sena
Membro da Comissão Permanente de Licitação

Patrícia Aparecida Moreira de Almeida
Membro da Comissão Permanente de Licitação

Anderson Junio Pereira
Membro da Comissão Permanente de Licitação

Janaína Zulmira Teixeira
Membro da Comissão Permanente de Licitação

Patrícia Duarte Oliveira Franco
Membro da Comissão Técnica

Flávio Varela Cançado
Membro da Comissão Técnica

Arthur Antônio Barbosa Rezende
Membro da Comissão Técnica

Representantes Presentes:

Otério Genir Hoff
LITUCERA LIMPEZA E ENGENHARIA LTDA

Débora Penido de Almeida Ferraz
ENGESP CONSTRUÇÕES EIRELI

Vinícius Cotta Grego
QUANTUM ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

Cláudio César
PCK CONSTRUTORA LTDA

Renato Artur Carvalho
SUMA BRASIL – SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE S.A

Guilherme de Oliveira Ferreira
ECP ENGENHARIA LTDA

Jamerson Oliveira de Carvalho Silva
VINA EQUIPAMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA

Robson Costa de Souza
EVOLUÇÃO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA